

A certeza da morte e a incerteza do Céu: invocações, rituais e legados pios nos testamentos da Misericórdia do Porto (1750-1777)

António Marques Rodrigues

ajmarquesrodrigues@gmail.com

Resumo

A certeza da morte e a incerteza do Céu materializaram-se no concreto dos gestos com vista ao alívio e à esperança na salvação. O presente estudo propõe-se a fornecer um método específico de análise testamentária que visa a reconstrução das redes de sociabilidade, permitindo a sua reaplicação a um maior conjunto documental. Pelo destaque de oito personalidades, que testaram em favor da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP). Construimos, com recurso a vários tipos de documentação, os principais momentos da sua existência, demonstrando as suas funções e ligações familiares, institucionais e corporativas. Evidenciamos, nos seus testamentos, a vertente eminentemente espiritual que se consubstancia nas invocações, nos rituais e legados pios que, no período em estudo, em virtude da secularização e da legislação pombalina, se viram reduzidos e limitados à semelhança do verificado para outras regiões, como Braga e Setúbal, na mesma cronologia.

Palavras-chave: Testamentos; Biografia; Redes de sociabilidade; Legados pios.

Abstract

The certainty of death and the uncertainty of Heaven materialised in concrete gestures aimed at relief and hope for salvation. This study sets out to provide a specific method for analysing wills that aims to reconstruct networks of sociability, allowing it to be reapplied to a larger set of documents. By focusing on eight personalities who tested in favour of the Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP). We have reconstructed, using various types of documentation, the main moments of its existence, demonstrating their family, institutional and corporate roles and connections. We have evidenced, in their wills, the eminently spiritual aspect embodied in the invocations, rituals and pious legacies which, in the period under study, due to secularisation and Pombaline legislation, were reduced and limited, as was the case in other regions, such as Braga and Setúbal, in the same chronology.

Keywords: Wills; biography; Social networks; Pious legacies

Abreviaturas

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHSCMP – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto

IC – Irmandade dos Clérigos

SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto

OTSF – Ordem Terceira de S. Francisco

OTC – Ordem Terceira do Carmo

AEP – Arquivo Episcopal do Porto

Introdução

O desejo de uma “boa morte” é intemporal e foi adquirindo diferentes construções consoante o tempo e o espaço. O presente artigo visa aprofundar, através de oito testadores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, as atitudes perante a morte no terceiro quartel do século XVIII (1750-1777).

Dada a inevitabilidade da morte – e a incerteza do Céu – os indivíduos em estudo investiram os últimos esforços para assegurar a bem-aventurança eterna. Estes anseios consubstanciavam-se em práticas fomentadas e promovidas pelas instituições religiosas (laicais e eclesiásticas) que, segundo um modelo testamentário, procuravam a intercessão das figuras celestes (Deus Pai, Cristo, a Virgem, os santos e os anjos) nas invocações⁶⁶, e pela determinação de rituais⁶⁷ e promoção de boas obras por legados pios⁶⁸, obter o perdão das suas faltas e aceder à glória celeste.

A História das Mentalidades ocupou vários autores na década de 1980⁶⁹ que definiram o panorama europeu e deram os primeiros passos no estudo das atitudes perante a morte. Em Portugal identificámos análises gerais⁷⁰ e vários estudos de caso para as cidades de Lisboa⁷¹, Coimbra⁷², Braga⁷³, Setúbal⁷⁴ e Porto⁷⁵. Apesar dos estudos quantitativos que em muito nos ajudam a ter uma noção do panorama geral, outros estudos colocam em evidência a individualidade de cada testador⁷⁶, algo que procuraremos também aqui evidenciar. Os manuais de bem morrer (literatura de espiritualidade) e os

⁶⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa [etc.]: Editorial Enciclopédia Limitada, [1988]. S/ISBN. vol. XIII. p. 997.

⁶⁷ PEIXOTO, João da Silva – Ritos. In AZEVEDO, Carlos (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2416-3. vol. P-V. pp.131-135.

⁶⁸ GOMES; Manuel Saturnino – Legados Pios. In AZEVEDO, Carlos (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. J-P. ISBN 972-42-2416-3. pp. 69-70.

⁶⁹ ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1997. vol. II. ISBN 2-02004731-4. ; VOVELLE, Michel – *La mort et l’occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1973. ; CHAUNU, Pierre – *La mort a Paris: XVIe. XVIIe. XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1978. ISBN 2-213- 00095-6.

⁷⁰ FEIJÓ, Rui Graça (coord.) – *A morte no Portugal contemporâneo: aproximações sociológicas literárias e históricas*. Lisboa: Quercus, 1985; MATTOSO, José – *O reino dos mortos na idade média peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996.

⁷¹ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. Tese de doutoramento.

⁷² ROQUE, João L. – *Atitudes perante a morte na região de Coimbra de meados do século XVIII até meados do século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

⁷³ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Tese de doutoramento.

⁷⁴ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. Tese de doutoramento em História Moderna.

⁷⁵ RODRIGUES, Maria Manuela M. – *Morrer no Porto durante a época barroca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Moderna.

⁷⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. ISBN 978-972-671-485-9.

testamentos são as fontes primordiais, sendo que nos primeiros encontrámos a norma e nos segundos a realidade prática.

Manuela Rodrigues, ao estudar a cidade do Porto (1650-1750), efetuou um levantamento exaustivo de fontes no Arquivo Distrital do Porto (doravante ADP) e no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante AHSCMP), analisando quantitativamente os dados, remetendo para segundo plano a natureza dos testadores. Compreendemos que seria relevante focarmo-nos na individualidade dos testadores a fim de reconstruir as possíveis motivações para determinadas opções testamentárias.

Apesar de não haver qualquer impedimento de decalcar a mesma cronologia de Manuela Rodrigues, optámos por restringir esta investigação ao período subsequente correspondente ao reinado de D. José I (1750-1777) – motivo meramente prático – que coincide com as reformas legislativas que foram de encontro às práticas testamentárias até então realizadas.

A cidade do Porto dispõe, nos vários arquivos (ADP, Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), AHSCMP, etc.), de uma grande quantidade de testamentos realizados sobre as várias formas previstas na lei. Contudo, em virtude da exequibilidade da investigação em tempo útil, elegemos como fonte o *Livro de Testamentos*⁷⁷ composto com o objetivo de compilar as deliberações mais relevantes das determinações testamentárias com maiores implicações para a SCMP (a médio e longo prazos), evidenciando a crescente burocratização da instituição, bem como a necessidade de reorganizar a informação afim de cumprir corretamente os legados.

Mais a mais, seria impossível comportar os vários apontamentos de testamentos inseridos na cronologia pretendida; assim, foram considerados os testamentos transcritos na íntegra, executados – e não redigidos – entre 1750 e 1777⁷⁸, acompanhados dos respetivos termos de aprovação, abertura e, caso o(s) haja, codicilo(s)⁷⁹. Foram identificados oito testadores: Beneficiado Caetano Mendes e Matos (1763), Rev. Dr. Francisco Xavier Araújo (1767); Rev. João dos Santos Álvares (1757), Josefa Maria dos Santos (1766), Luís Correia Pacheco Pereira (1752/54), Rev. Manuel Carneiro Araújo

⁷⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004.

⁷⁸ A partir do termo de abertura, lavrado aquando da abertura do testamento, sabemos a data de falecimento.

⁷⁹ Os codicilos são acrescentos ao testamento, redigidos posteriormente para reafirmar ou ressaltar algo que tenha ficado esquecido, ou que, entretanto, tenha mudado.

(1755), Abade Manuel Gomes Leitão (1760) e Rev. Manuel José de Azevedo Silva (1766)⁸⁰.

Criámos uma tabela onde inserimos as várias disposições (materiais e espirituais) e intervenientes (Apêndice 1). Pela natureza eminentemente metodológica empregue, o tratamento dos dados poderá ser replicado numa escala superior; agora, porém, a análise é restrita e exemplificativa.

A análise que propomos vai ao encontro das implicações efetivas da realidade testamentária, por isso é fundamental conhecer as determinações civis e religiosas no que lhe diz respeito. Apesar de, *grosso modo*, vigorarem as Ordenações Filipinas⁸¹, durante a governação de Pombal, foram emitidos vários diplomas que refletiam os excessos de legados pios que empoderavam as instituições religiosas pela cativação de imobiliário, rendas e produções. Assunto que, oportunamente, desenvolveremos.

As Constituições Sinodais do Bispado do Porto (1690)⁸² definem quanto ao modo de proceder no que respeita aos defuntos (exéquias)⁸³, advertindo os clérigos quanto ao método de redação e execução dos testamentos, alertando para o perigo de influenciar o testador, e punindo os prevaricadores (pena de excomunhão)⁸⁴.

O Compromisso da Misericórdia do Porto de 1646⁸⁵, regula a SCMP, onde destacámos os capítulos respeitantes aos mordomos dos testamentos (capítulo 16), à forma de aceitação dos testamentos (capítulo 23) e de procedimento dos enterramentos (capítulo 30), priorizando o pagamento de dívidas e a satisfação das vontades testamentárias, para isso é necessário que se verifiquem as condições e exequibilidade dos legados, condicionando a aceitação do testamento.

A pesquisa biográfica direcionou-se também para os intervenientes na redação testamentária (testemunhas, tabeliães, herdeiros, familiares, amigos, devedores e

⁸⁰ Atualizámos a grafia dos nomes. O ano entre parênteses é referente à redação do testamento.

⁸¹ Vide Livro IV: Do título LXXX ao CVII - ORDENAÇÕES FILIPINAS (OF). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Livro IV. [Consult. 04 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>.

⁸² SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto / novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa, Bispo do dito bispado(...)*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. [Consult. 20 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/AJK5QH21G1X8PGMVMTM44IUSMG76H7C.pdf>.

⁸³ *Ibidem*. pp. 454-481. Trata-se de normas aplicáveis a uma região geográfica sob o controlo do bispo, sem dúvida que a realidade heterogénea do bispado obriga a uma adaptação aos costumes e particularidades locais.

⁸⁴ *Ibidem*. pp. 442-443.

⁸⁵ PTAHSCMP SCMP-M-002-0003.

clérigos). Os registos paroquiais, nomeadamente os obituários, que indicam a data de falecimento, o testamenteiro, a sepultura e a administração dos sacramentos (dados que não são indicados nos testamentos) foram um dos principais pontos de partida. Recolhemos seis dos oito assentos de óbito, efetuados nas paróquias de Santo Ildefonso, Sé e Gestação e na Irmandade dos Clérigos⁸⁶, A pesquisa continuou nos motores de busca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), do ADP (onde destacámos as inquirições de *genere*⁸⁷), do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)⁸⁸, do Arquivo Distrital de Braga (ADB)⁸⁹ e do Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), em obras gerais, nomeadamente de Rebelo da Costa⁹⁰ e de Bernardo Coutinho⁹¹, e no periódico *O Tripeiro*.

Pelo estudo de Antonieta Moraes⁹² e do *Inventário dos Retratos de Benfeitores*⁹³ acedemos ao retrato de alguns testadores⁹⁴. Os livros de administração de que dispõe alguns dos testadores permitem verificar a execução das vontades testamentárias: despesas com as exéquias, o pagamento de dívidas, a relação dos bens da(s) casa(s) (joias e metais preciosos, louças, mobiliário, roupas e tecidos, livros, entre outros) e o seu valor em hasta pública, a relação das missas de sufrágio e os respetivos comprovativos. Além do mais, dão-nos conta das receitas advindas das rendas, das vendas e dos juros que permitem continuar a executar as determinações testamentárias. Dispõe deste tipo documental o Beneficiado Caetano Mendes Matos⁹⁵, o Rev. Dr. Francisco Xavier Araújo⁹⁶, o Rev. Dr. João dos Santos Álvares⁹⁷, o Luís Correia Pacheco Pereira⁹⁸, o Abade

⁸⁶ A IC assentava, a par das paróquias de residência do defunto, o óbito dos seus membros.

⁸⁷ O Arquivo Episcopal do Porto (AEP) possui as inquirições *de genere*, infelizmente, não encontramos as referentes aos testadores que nos faltam; contudo, agradecemos a boa vontade dos arquivistas que solícitamente nos receberam.

⁸⁸ Consultado pelo facto de analisarmos testadores com grau superior de ensino.

⁸⁹ Alguns clérigos formavam-se nesta cidade.

⁹⁰ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica, e historicada cidade do Porto que contem a sua origem, situação e antiguidades (...)*. Porto: Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. [Consult. 27 fev. 2023]. Disponível em: WWW:<https://purl.pt/22517/4/res-2031-p_PDF/res-2031-p_PDF_24-C-R0150/res-2031-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf>.

⁹¹ COUTINHO, Bernardo Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua história*. Porto: Câmara Municipal (gabinete de História da Cidade), 1965.

⁹² MORAIS, Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Pintura do século XVIII e XIX na galeria dos retratos dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de autor], 2001.

⁹³ *Inventário dos Retratos de Benfeitores*. Porto: SCMP, 1983.

⁹⁴ Os quais, gentilmente cedidos Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO), se farão acompanhar aquando das notas biográficas.

⁹⁵ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.

⁹⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

⁹⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-005-0021.

⁹⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-LCPP-001.

Manuel Gomes Leitão⁹⁹ e o Rev. Dr. Manuel Carneiro de Araújo¹⁰⁰. Não nos foi possível efetuar uma leitura exaustiva dos mesmos; contudo, tais apontamentos poderão sustentar diversas investigações como a reconstituição de livrarias ou de bens de uso doméstico, a par de estudos de microcrédito e de redes de sociabilidade e influência.

Por fim, indagaremos sobre as individualidades selecionadas com o objetivo de compreender as suas ligações familiares, em que espaço social se movimentam, que funções desempenham na sociedade civil e religiosa e até que ponto estas condicionam as suas determinações testamentárias.

1. A incerteza do Céu – contextualização

A leitura da conjuntura é fundamental para uma análise concreta e fidedigna; assim, é indispensável ter presentes as transformações nacionais e europeias, entre 1750 e 1777, a nível político, económico e social, para além da progressiva mudança de mentalidade. Sendo incomportável reunir todos os parâmetros, destacámos, brevemente, alguns pontos chave.

O reinado de D. José I foi marcado por uma grande produção legislativa que foi ao encontro da realidade testamentária, promulgando leis com vista a desamortização, de forma a combater que os mortos se regessem pela mesma lei que os vivos, forçando a secularização (diplomas de 25 de junho de 1766 e de 9 de setembro de 1769)¹⁰¹. Estas medidas afetaram diretamente o poderio patrimonial das instituições religiosas através da extinção de capelas (que não se encontram dentro de determinados rendimentos), da limitação de legados e pela ampliação da malha de possíveis herdeiros. As medidas outorgadas foram sintomáticas das adversidades sociais atravessadas devido aos abusos e aproveitamentos por parte de terceiros, utilizando a vulnerabilidade física e psíquica dos testadores para extorquir benefícios próprios e/ou para as suas comunidades; assim, determina a anulação de todos os legados deixados aos terceiros que estiveram envolvidos na redação testamentária (quer religiosos, quer leigos). Recordando as alterações da legislação filipina, as anexações de património realizadas ilicitamente deveriam ser denunciadas e os denunciantes recompensados, algo que em muito abonou para o sucesso das medidas¹⁰². Este género de políticas não são exclusividade nacional, sendo comuns a

⁹⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁰⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

¹⁰¹ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. p. 293.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 293-306.

outros países europeus (Áustria, Alemanha, Nápoles e Espanha) reveladoras das alterações políticas na Europa das Luzes¹⁰³.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela inflação. Na cidade do Porto, segundo o levantamento realizado por Vitorino Magalhães Godinho, o preço do trigo oscila entre os 480 e os 700 réis por alqueire¹⁰⁴, fenómeno que teve repercussões na execução de legados. No dizer de Laurinda Abreu, a inflação, em alguns casos, teve reverberações junto das instituições herdeiras e testamentárias deparando-se com falta de verba para o cumprimento de determinações pias¹⁰⁵.

A nível social e religioso solidificam-se as determinações tridentinas, intensificando-se o culto da Eucaristia, da Virgindade de Maria e do Purgatório, algo que se refletiu, a nível paroquial, pela criação de confrarias, pelo desenvolvimento de rituais e devoções¹⁰⁶. Do mesmo modo o desenvolvimento e predomínio da literatura de espiritualidade encontra grande receptividade, proporcionando um crescente de produção literária no que respeita à “arte de bem morrer”, orientada para instruir o fiel na forma de bem morrer¹⁰⁷. Para além de indicar os procedimentos a tomar aos primeiros sinais da hora derradeira, também encontrámos reflexões que fomentam a emenda de costumes e a reta conduta, pela prática da caridade, da oração e da penitência, vigilante para que a morte não apareça de “surpresa”¹⁰⁸. Pela prédica dominical e pela sermonária estas ideias chegavam às comunidades, mesmo que analfabetas, constituindo-se como meio formador de mentalidades e difusor de ideias¹⁰⁹.

Para o homem moderno, a inevitabilidade do Purgatório¹¹⁰ leva-o a negociar na terra o acesso ao Céu, prevendo, através do testamento, formas de o alcançar (sufrágios,

¹⁰³ Estas reformas administrativas, que têm a ver diretamente com a Igreja, não se afastam muito da realidade europeia (Áustria, Nápoles, Alemanha e Espanha). ABREU, Laurinda – As relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na segunda metade do século XVIII: o impacto da legislação pombalina sobre as estruturas eclesíásticas. In FARIA, Maria Leal (coord.); BRAGA, Isabel Mendes (coord.) – *Problematizar a História: estudos em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007. ISBN 978-989-8129-16-1.

¹⁰⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955. pp. 81-82.

¹⁰⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. pp. 204-205.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 200. Concomitantemente, a fundação de confrarias e a produção artística acompanham o adensar das devoções, criando de uma iconografia própria que se reflete, por exemplo, no altar das Almas da igreja do convento de Santa Clara (Porto).

¹⁰⁷ RODRIGUES, Manuela – *Morrer no Porto durante a época barroca*. pp. 54-58.

¹⁰⁸ FERRAZ, Norberto – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 28. Um dos manuais mais difundidos em Portugal é da autoria do jesuíta Estevão de Castro: CASTRO, Estevão de, S.J. – *Breve aparelho, e modo fácil pera ajudar a bem morrer hum christão (...)*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627.

¹⁰⁹ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. pp. 193-195.

¹¹⁰ Tempo de purificação e de limpeza, onde a Alma, apesar de não haver falecido em pecado grave – algo que, irremediavelmente, a condenaria ao Inferno – passava por um período de purgação antes de aceder à glória: LE GOFF, Jacques – *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN

orações dos vivos pelos mortos e obras pias), desenvolvendo canais de mediação entre vivos e mortos¹¹¹. Linearmente, as determinações testamentárias procuravam assegurar o acesso à vida eterna através do aperfeiçoamento da vida terrena pelas determinações *post-mortem*.

No Porto, como noutras cidades portuguesas, a religiosidade compassava o quotidiano¹¹², a SCMP, pela sua crescente burocratização, gradualmente, adquiriu notabilidade e confiança, tornando-a capaz de competir “não só pela presença de fiéis, como também por novos legados e doações”¹¹³ com outras entidades herdeiras e testamentárias (ordens religiosas e terceiras, irmandades e confrarias).

2. Invocações

O ato de invocar, de “chamar em seu socorro”¹¹⁴ ou de se encomendar à proteção de Deus, de Cristo, da Virgem e dos santos não é algo novo ou exclusivo do período em estudo. Apesar de ser uma prática comum em cronologias anteriores, os manuais de bem morrer estabelecem fórmulas para bem redigir o testamento, seguidas pelo redator (tabelião, clérigo ou o próprio), que marcam a Época Moderna¹¹⁵. A necessidade de intercessores é indicativa da certeza da própria impureza e a convicção de um inevitável período no Purgatório¹¹⁶.

Dividimos as invocações em três fases: inicial, ato de fé e intercessores. Se todos iniciam com “*In nomine Domini*” ou “Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro” (ou outra formulação semelhante), nem todos redigem um ato de fé ou se socorrem de intercessores.

972-33-0884-3. pp. 15-27.

¹¹¹ GOFF – *O Nascimento do Purgatório*. p. 27.

¹¹² NONELL, Anni Gunter – *Porto, 1753/1852 a construção da cidade entre o desportismo e o liberalismo*. Porto: [edição de autor], 2002. Tese de doutoramento em arquitetura (FAUP). p. 9.

¹¹³ MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia; AMORIM, Inês – Criar Memórias e identidade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). Vol. II. p. 440-463.

¹¹⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XIII. p. 997.

¹¹⁵ RODRIGUES, Manuela – *A morte no Porto durante o período barroco*. p. 65-67.

¹¹⁶ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). pp. 138-139.

À exceção do Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo (2), todos os outros redigem um ato de fé mais ou menos extenso, afirmando crer em tudo ensina a Igreja e o desejo de morrer nesta fé (1, 3, 4, 5 e 6)¹¹⁷, ou dando como nulo tudo o que se diga, por tentação ou obra do demónio, contra a fé (3), apelando aos méritos da Paixão de Cristo – Divinas Chagas e Preciosíssimo Sangue – (4, 5, 6, 7 e 8) e à misericórdia de Deus (5, 6 e 8).

Tabela 1 - Intercessores

		Virgem Maria	Apóstolos	Evangelistas	Doutores	Anjo da Guarda	Santo do nome	S. Miguel	Arcanjo	Santos de devoção	Santos da corte celeste
1	Caetano Mendes e Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X
4	Josefa Maria dos Santos	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X
5	Luís Correia Pacheco Pereira	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	X	-	-	-	X	-	X	-	X	X
7	Abade Manuel Gomes Leitão	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	X	-	-	-	X	-	-	-	X	X

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

Recorrem da Virgem Maria (Mãe de Deus, refúgio/ advogada dos pecadores) (3, 4, 5, 6, 7 e 8), aos santos apóstolos (São Pedro e São Paulo), aos evangelistas (São Marcos, São Lucas, São João e São Mateus) e aos doutores da Igreja (Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerónimo, etc.) (5 e 7), ao anjo da guarda (3, 4, 5, 6 e 8), ao santo do seu nome (3, 4 e 5), ao Arcanjo São Miguel (6), e a todos os santos de devoção e da corte celeste (3, 4, 5, 6, 7 e 8). Contudo, apesar de os clérigos 1 e 2 não se terem encomendado a nenhum intercessor. S. Francisco de Assis foi apenas referido por Josefa Maria dos Santos aquando da escolha do hábito, tal demonstra a reduzida devoção dos portuenses, já notado na centúria anterior¹¹⁸, enquanto em Braga era dos mais invocados¹¹⁹. Igual

¹¹⁷ Como referido anteriormente, os números remetem-nos para os testadores de forma a evitar repetir sucessivamente os seus nomes.

¹¹⁸ RODRIGUES, Manuela – *Morrer no Porto durante a época barroca*. p. 103.

¹¹⁹ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 89.

destaque merece a invocação dos Santos Evangelistas e Doutores da Igreja por Pacheco Pereira, indivíduo que mais invocações faz deste conjunto.

Por fim, é clara a redução de invocações em comparação com a centúria anterior, acompanhando a realidade nacional. Mantendo-se as invocações a Deus, a Cristo, à Virgem e a alguns santos (como o santo do nome), terminando com a advocatura de toda a corte celeste.

3. Rituais

O simbolismo e a espiritualidade que envolviam os rituais eram reveladores da vida da Igreja que pretende acompanhar o fiel, quer na vida, quer na morte¹²⁰. Os rituais religiosos, apesar de corresponderem aos ditames conciliares e sinodais, podiam sofrer alterações, sendo mais ou menos solenes, consoante a vontade de quem os pretende. De facto, a complexa linguagem litúrgica apelava aos sentidos e às emoções¹²¹.

3.1. A mortalha

Se em cronologias anteriores o amortalhamento era feito apenas com um lençol, durante a Época Moderna desenvolve-se o costume, entre os mais abastados, de se fazerem revestir de hábitos religiosos no intuito de recolher indulgências¹²². Esta prática é comum no *corpus* documental em análise. Alguns sacerdotes escolheram como mortalha o hábito clerical/ vestes sacerdotais da sua condição, à qual o Ver. Dr. João dos Santos Álvares acrescentou os seus “escapulários e bentinhos já preparados”. O Ver. Dr. Francisco Xavier de Araújo envergou, debaixo das vestes sacerdotais, o hábito franciscano e Josefa Maria dos Santos escolheu um dos melhores hábitos das freiras de Monchique (franciscanas). A preferência do hábito de S. Francisco corresponde ao que se verificou para outras localidades (Braga¹²³ e Setúbal¹²⁴). O seu uso também era interpretado como sinal de humildade e despojamento à semelhança do titular da ordem¹²⁵. O fidalgo Luís Correia Pacheco Pereira fez-se amortallar com o hábito da

¹²⁰Vide PEIXOTO, João da Silva – Ritos. In AZEVEDO, Carlos – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. P-V. pp.131-135.

¹²¹ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 79.

¹²² *Ibidem*, p. 135.

¹²³ *Ibidem*, p. 36-38.

¹²⁴ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 136-137.

¹²⁵ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 136. De facto, as indulgências concedidas aos indivíduos que o preferissem o hábito como mortalha, a par da piedosa tradição de se acreditar que S. Francisco, no aniversário da sua morte, desce ao Purgatório para resgatar os seus filhos que aí se encontrem, favoreceram amplamente esta prática: FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 18.

Ordem de Cristo, à qual pertencia. Nenhum dos testadores utilizou um lençol como mortalha, sendo reveladora esta diferenciação social¹²⁶.

3.2. O acompanhamento fúnebre

O acompanhamento fúnebre, pela dignidade e quantidade dos participantes, era espelho da honorabilidade adquirida pelo defunto. Os testadores referem as “comunidades do costume”, ou seja, franciscanos, dominicanos e graciosos e a coraria da Sé¹²⁷, às quais destinaram “esmola do costume”. Para além destas, o Cabido, as comunidades terceiras (OTSF ou OTC), as confrarias e irmandades (por exemplo a SCMP), das quais o indivíduo tenha feito parte (ou não) eram chamadas a fazer-se representar no cortejo fúnebre. A presença dos meninos órfãos e dos pobres – pela proximidade com o divino – é requerida¹²⁸.

Tabela 2 – Acompanhamento fúnebre

		“do costume”												
		Franciscanos	Dominicano	Graciosos	Coraria	Cabido	Padres Loios	SCMP	OTSF	Irmandades	a. que.	Pároco	Órfãos	Pobres
1	Caetano Mendes e Matos	X	X	X	X	X								
2	Ver. Dr. Francisco X. de Araújo	X	X	X	X			X		X				X
3	Ver. Dr. João dos Santos Álvares	X	X	X	X		X		X				X	
4	Josefa Maria dos Santos	X	X	X	X	X		X	X		X			X
5	Luís Correia Pacheco Pereira	X	X	X	X	X							X	X
6	Ver. Manuel Carneiro de Araújo	X	X	X	X	X								
7	Abade Manuel Gomes Leitão	sem referência												
8	Ver. Dr. Manuel José Azevedo	X	X	X	X									

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹²⁶ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 139.

¹²⁷ “A coraria da Sé fora criada na Idade Média e era constituída por sacerdotes que representavam o cabido nos ofícios de defuntos e enterros” (AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Para uma boa governação: coração, siso força e caridade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. I. p. 106.

¹²⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 168.

Caetano (1) e Manuel Araújo (6), fazendo parte do Cabido da Sé do Porto, e tendo este a obrigação de integrarem o cortejo fúnebre, destinaram uma vela a cada elemento, escalonando-os pelo seu cargo (“uma vela de arrátel [aos cónegos] e ao que preside uma vela de dois arrátéis, beneficiados, coreiros e sacristão se dará vela de meio arrátel, os meninos com vela de quarta”¹²⁹). Pacheco Pereira (5) e Xavier Araújo (2), para além das comunidades do costume, pretenderam que o maior número possível de pobres (homens, mulheres e crianças) os acompanhasse, recebendo esmola (1 vintém (20 réis) os adultos e meio as crianças). Josefa Maria dos Santos limita a 40 o número de pobres para o seu acompanhamento, ofertando 50 réis a cada. Talvez, devido à ruralidade de Gestaçô, o abade não faz referência ao acompanhamento na esperança de que toda a comunidade participasse nas cerimónias fúnebres. José de Azevedo, para além das comunidades do costume, pretende que se convoquem cerca de 50 sacerdotes para o acompanhamento, ofertando 120 réis a cada.

O pobre como intermediário divino era indispensável no acompanhamento; todavia, verificámos que esta classificação heterogénea é contemplada nos legados sob duas formas: esmola pelo acompanhamento e esmola a distribuir. Se alguns designam somas fixas a distribuir no acompanhamento (2,4 e 5) outros destinam uma soma a dividir pelos que participam do cortejo fúnebre (6) ou que habitam em determinado lugar (7).

Os sinos e a música contribuía para a representação social do defunto. Caetano Mendes e Matos, Josefa Maria dos Santos e Manuel Carneiro de Araújo pretenderam música. Na casa onde estiverem expostos, no cortejo e no funeral. Manuel justificou que queria música por ser uso entre os da sua condição e não por vaidade. Quanto aos sinos, sabemos pelas Constituições Sinodais que existem sinais próprios de sino consoante o género do indivíduo (masculino três carreiras e feminino duas carreiras¹³⁰), normalmente dados na igreja paroquial; contudo, por vontade testamentária, estes sinais sonoros poderiam ser mais frequentes ou serem dados em mais igrejas. Apenas Josefa Maria dos Santos pretende que sejam tocados em todas as igrejas da cidade. As ausências testamentais, no entender de Norberto Ferraz, significa que pretendiam seguir a norma prevista¹³¹.

¹²⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 140; 151v.

¹³⁰ SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto*. p. 459.

¹³¹ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 151.

3.3. Cerimónias fúnebres

Chegados à igreja acontecia o funeral, os ofícios de corpo presente e respetivos responsos. Os ofícios (de defuntos) eram constituídos por “preces e orações pelo eterno descanso das almas dos mortos”¹³². Vários testadores previram a presença de vários sacerdotes (regulares e seculares), a par das ordens que se fizeram apresentar no cortejo e nas cerimónias fúnebres. Optámos por traduzir estas vontades na seguinte tabela:

Tabela 3 – Cerimónias fúnebres de corpo presente

1	Caetano Mendes e Matos	3 ofícios na Sé (rezados) - em 3 dias
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	2 ofícios a cargo da Coraria
		1 ofício a cargo do pároco
		1 ofício a cargo da IC – 80 000 réis
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	Ofício com a presença das comunidades que estiveram no acompanhamento
4	Josefa Maria dos Santos	Ofício de corpo presente na capela da OTSF, com música, com a presença das comunidades mendicantes. Termina com um responso.
5	Luís Correia Pacheco Pereira	Depois de colocado na sepultura serão ditos os ofícios de corpo presente, encomendação, sinais e todas as missas desse dia por todos os padres e religiosos - 144 000 réis
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	Três ofícios, com música, na Catedral (onde é sepultado) com a presença das comunidades que o acompanharam (esmola acostumada)
7	Ab. Manuel Gomes Leitão	3 Ofício de 15 padres em Gestaço (esmola a cada um 480 réis)
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	Sem referência

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa (etc.): Editorial Enciclopédia Limitada, (1988). vol. XIX. p. 231.

3.4. Sepultura

A escolha da sepultura era bastante relevante, sendo nesse local que ficará para a eternidade, aguardando a ressurreição dos mortos, reflexo do estatuto social e das devoções particulares, favorecendo a proximidade/relação com certa igreja ou determinado altar. Os testadores dividem-se entre a Sé Catedral (1 e 6)¹³³, igreja da IC (2), igreja das Carmelitas (3), igreja paroquial de Gestaçô (7) e igreja de S. João Novo – altar de S. Tomás (8). Nenhum dos testadores desejou fazer-se sepultar na igreja da SCMP, apesar de esta ser sua herdeira e/ou testamenteira, encontrando similitude com o verificado para o período anterior¹³⁴. À semelhança de Setúbal há uma preferência por espaços monásticos e conventuais (igreja e seu(s) claustro(s)), como espaços de oração permanente¹³⁵; contudo, esta escolha acarreta custos, tendo em conta que as igrejas paroquiais têm obrigação de sepultar os seus paroquianos, como previsto nas constituições¹³⁶.

Através dos dados apresentados é notória a solenidade pretendida pelos testadores, fazendo jus à sua posição social. Planeando um longo cortejo fúnebre, que desembocaria nas exéquias do féretro ante uma multidão, sendo depois sepultado em solo sagrado, onde, regularmente, seria lembrado nas orações dos religiosos que aí habitavam. Tais atitudes são reveladoras da preocupação social e espiritual que ocupam estes indivíduos, que ventilam as tendências comunitárias.

4. Legados pios

“Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a sua alma? Ou que dará o homem em recompensa da sua alma?”¹³⁷

A crença na vida para além da morte regia a mentalidade medieval e moderna¹³⁸, interferindo diretamente nos legados pios. Como referimos anteriormente, os legados pios consistem em doações que se fazem, por testamento, para causas piedosas de foro socio-caritativo¹³⁹.

¹³³ Seguimos a tendência de nos referirmos aos testadores por números.

¹³⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 84.

¹³⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 124.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 126.

¹³⁷ Mateus, 16, 26.

¹³⁸ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 25.

¹³⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XIV. p. 811.

Na SCMP o “culto e as obras pias eram indissociáveis”¹⁴⁰, atendendo a que o prestígio da instituição “não passava apenas por praticar obras pias materiais (cuidar dos doentes, assistir aos presos, proteger os órfãos...), mas também espirituais – rezar por vivos e defuntos – que permitiam, em grande medida, a sustentabilidade financeira da instituição, graças aos bens a ela deixados”¹⁴¹. As vontades pias eram suportadas por doações em dinheiro colocadas a juros ou por rendas¹⁴². Os testadores dão conta das suas ligações a outras instituições (irmandades, confrarias e congregações) legando-lhes bens e consagrando-se como benfeitores das mesmas.

4.1. Os sufrágios

Como sufrágios considerámos todas as orações realizadas por alma do defunto, sem o corpo presente, ou seja, ofícios, missas e responsos. Dividimos os sufrágios em três categorias: logo após a morte, a curto/médio prazo e *ad aeternum*. Para além destes, considerámos ainda os sufrágios por familiares/ amigos/ desconhecidos ou pelas Almas do Purgatório.

Podemos denotar que há uma grande preocupação em que sejam rezadas o maior número de missas possíveis no momento após a morte (2, 3, 4, 5 e 6). A crença no juízo particular, logo após a morte, fomenta a necessidade de, incessantemente, serem oferecidas missas por alma daquele que partia para que este alcance mais rapidamente o Paraíso. Este tipo de prática de celebrações de “ciclos de missas intenso e repetitivos” eram vistas pelas autoridades eclesiásticas como sendo de carácter pouco espiritual e, por isso, combatidas pelo Concílio de Trento¹⁴³. Os testadores destinavam somas redondas ou valores individuais para cada missa. Por exemplo, o Rev. Dr. João dos Santos Álvares reservou a quantia de 16 000 réis aos padres carmelitas para que celebrassem o maior número possível de missas no dia do seu falecimento e no dia seguinte. Da mesma forma, determinava o valor de 240 réis, por cada missa, que fosse celebrada no mesmo prazo na igreja da IC.

Para garantir a prontidão dos clérigos eram concedidas esmolas que seriam mais avultadas no primeiro dia e mais reduzidas no segundo dia, como compreendemos pelo pedido de Pacheco Pereira que destina 200 réis a cada missa no primeiro dia e 120 réis

¹⁴⁰ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e economia da salvação. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 154.

¹⁴¹ SILVA, Hugo Ribeiro da – Cuidar das Almas. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da Misericórdia* (...). vol. II. p. 360.

¹⁴² De forma a compreender melhor a amplitude dos valores doados aconselhamos a consulta do gráfico 1.

¹⁴³ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e economia da salvação. vol. II. p. 133.

no seguinte. Dois dos testadores apenas encomendaram sufrágios a curto/médio prazo (7 e 8); outros, para além dos sufrágios já feitos logo após a morte, estabeleceram prazos para a sua realização, como o abade de Gestaço que desejavam que fossem celebradas 3000 missas no período de três meses.

Alguns autores identificam o século XVIII como o período de decadência dos sufrágios *ad aeternum*¹⁴⁴, isto é, até ao fim do mundo; contudo, três dos oito testadores (4, 5 e 6) procuraram perpetuar a sua memória, evitando o esquecimento¹⁴⁵. A devoção que Manuel Carneiro de Araújo concede ao altar da imagem do *Ecce Homo* dá-nos conta do agudizar da espiritualidade dos fiéis por esta temática, onde figura um Cristo sofredor e paciente, algo igualmente verificado em Setúbal¹⁴⁶. O testador requereu a repetição semanal do sufrágio, à sexta-feira (dia ligado à Paixão de Cristo). De facto, confirmámos que, para além do Mestre-escola da Sé, ambos os leigos em estudo desejavam a perpetuação da sua memória, diária (5) ou anual (4). Os pedidos de sufrágios não se limitaram aos próprios, denotando-se uma preocupação com os familiares próximos (1, 2, 4, 5 e 6) – desenvolvendo a ideia de reencontro no além – e com as Almas do Purgatório (2 e 5). Notando uma clara preferência pelas igrejas das ordens religiosas em detrimento das igrejas paroquiais.

4.2. A salvação dos ricos, o cuidado dos pobres

As Obras de Misericórdia são a base de atuação desta irmandade, servindo o faminto, o sedento, o nu, o peregrino, o enfermo, o preso e o morto¹⁴⁷, colocando “o pobre no caminho da salvação dos menos pobres ou ricos”¹⁴⁸.

Os cuidados com a infância favoreceram a fundação de recolhimentos/ orfanatos onde, por orfandade ou opção, se recebiam crianças e jovens preparando-os para a adultez¹⁴⁹. A cidade do Porto dispunha de várias casas com essa função. Os benfeitores proviam o cuidado destas casas (1, 3 e 5) e a dotação de órfãs, de forma que estas pudessem casar (3 e 6). Apenas um dos testadores (1) contemplou o recolhimento que se dedicava à reintegração de mulheres em situação de prostituição (Recolhimento do Ferro). Os restantes procuraram que fossem dotadas as jovens órfãs mais honradas, com

¹⁴⁴ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 45.

¹⁴⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. p. 121/129.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 140-141.

¹⁴⁷ AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia (...)*. vol. I. p. 52.

¹⁴⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. p. 295.

¹⁴⁹ JESUS, Elisabete – A força dos pobres e a condição humana. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia*. p. 295.

provas de virtude e educação, com especial atenção para as de idade mais avançada. Em troca rogavam orações pelas suas almas. Aos órfãos eram pedidas orações e a sua presença no acompanhamento do cortejo fúnebre.

A fragilidade dos encarcerados precisa da caridade de terceiros para agasalho, alimentação, cuidados de saúde e custos judiciais. Desde cedo a SCMP encarregou-se deste serviço para com os presos pobres (da Relação e do Aljube), destinando-lhes, inclusive, um mordomo específico¹⁵⁰. Os testadores destinaram quantias a dividir pelas necessidades (5 e 6) ou por cada preso (1 e 2)¹⁵¹.

As fragilidades próprias da idade ou advindas das infelicidades do fado (doença prolongada, acidentes incapacitantes, deficiências, etc.) foram igualmente notadas através de doações para o cuidado dos doentes e entrevados que se encontravam ao cuidado da SCMP nos diversos hospitais da cidade¹⁵². À exceção de Josefa (4) todos destinaram somas aos doentes e à manutenção/ provimento dos hospitais (Apêndice V).

Na segunda metade do século XVIII, iniciam-se esforços para a construção de um grande hospital na cidade. O abade de Gestaçô adquiriu destaque por entregar os juros que possuía no mosteiro de Tarouca e Salzedas (que lhe rendia cerca de 300 000 réis ao ano) para a edificação de um hospital para doentes incuráveis, valor, posteriormente, aplicado no Hospital de Santo António¹⁵³, no qual teve exposto o seu retrato¹⁵⁴. Caetano Mendes e Matos que, para além da doação a cada um dos doentes, define que os seus enfermeiros pessoais, depois da sua morte, passassem a estar ao serviço do Hospital de D. Lopo, com a obrigação de fazerem o despejo dos doentes a cada dois dias, preocupando-se com o conforto e a higiene dos enfermos, algo que Laurinda Abreu notou também em Setúbal¹⁵⁵. Na verdade, as doações para hospitais correspondem às orientações cristãs, deparando que em certos casos (1 e 8) há maior preocupação com estas doações do que com sufrágios. Estes testadores são clérigos, fator que vai ao

¹⁵⁰ CARDOSO, M^a Teresa Ferreira – A força dos pobres e a condição humana: vigiar, acudir e prevenir. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. I. pp. 221-222. Sobre a relação da SCMP com os presos ler: CARDOSO, Maria Teresa Costa Ferreira – *Os Presos da Cadeia da Relação do Porto entre a Cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)*. Braga: Universidade do Minho, 2005.

¹⁵¹ Caetano Mendes e Matos (1) estabeleceu uma diferenciação entre os presos da cadeia do aljube (120 réis) dos da cadeia da cidade (100 réis): AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹⁵² A SCMP, na cronologia em estudo, administra cinco hospitais: Hospital D. Lopo de Almeida; Hospital das Velhas ou de Santa Clara; o Hospital das Entrevadas; Hospital dos Entravados; Hospital dos Lázarus e das Lázarus: ESTEVES, Alexandra – *Do hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António*. vol. II. p.158.

¹⁵³ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁵⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁵⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 181.

encontro do afirmado por Isabel dos Guimarães Sá de que, da amostra em causa, os eclesiásticos mostravam-se mais preocupados “do que os leigos em socorrer diretamente os pobres”¹⁵⁶.

As várias ligações que os testadores construíam em vida, evidenciavam-se no derradeiro momento, olhando para outras instituições (ordens religiosas, irmandades e confrarias) nas suas ofertas. Para além das ordens religiosas indicadas aquando do sepultamento, são concedidas ofertas às confrarias para a manutenção do seu postulado e asseio (*Ecce Homo* de St. Elói, Almas de S. João Novo, Santíssimo Sacramento da paróquia da Vitória e dos Passos de S. João Novo).

Nota-se uma clara preocupação na manutenção de lâmpadas acesas em locais sagrados (3 e 7). De facto, a doação para «luzes» vai subindo à medida que avançamos no século XVIII, começando a ser visível, segundo Laurinda Abreu, a transferência da caridade para este tipo de doações, de forma a contornar a legislação¹⁵⁷.

Por fim, apesar de todas as ressalvas que são necessárias fazer no respeitante à comparação de legados, de forma elucidativa apresentamos as quantias que cada um dos testadores destina aos diferentes legados (Apêndice VI), arriscando um somatório – aproximado – que deve ser lido atendendo a todas as variantes.

5. Confiados na Misericórdia – os testadores

Os estudos quantitativos e comparativos das determinações diluem a natureza individual de cada testador; assim, passamos ao aprofundamento sobre as origens, funções, estatutos e redes de sociabilidade de cada legatário. Recorremos de vários tipos de documentação de foro paroquial e notarial com vista a reconstruir percursos e evidenciar relações.

A complexificação burocrática da SCMP permitiu o desenvolvimento de uma crescente credibilidade junto dos portuenses – e não só – da instituição, atraindo irmãos – de prestígio e condição¹⁵⁸ – bem com legados pela seriedade assumida para com as vontades dos testadores¹⁵⁹. De facto, interessava à SCMP, como a tantas outras instituições, legados de indivíduos sem herdeiros, quer pela possibilidade de uma herança

¹⁵⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 62-63.

¹⁵⁷ *Ibidem*, pp. 189-190.

¹⁵⁸ Aumento do número de irmãos oriundos do primeiro estado (clero) que, rapidamente, assumem posições de destaque e governo na irmandade: PINTO, Sara – O recrutamento, os gestores, os servidores. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia*. vol. II. p. 107.

¹⁵⁹ MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia; AMORIM, Inês – Criar Memórias e identidade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 440-463.

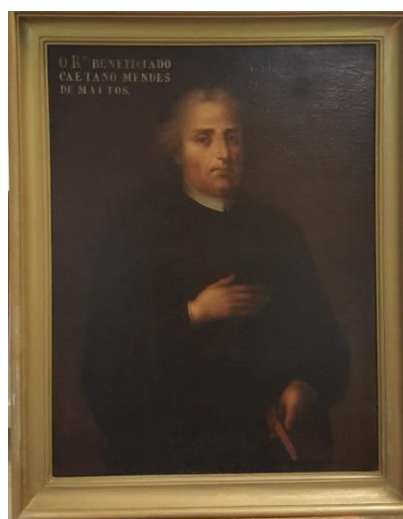
de maiores proporções, quer pelo evitar de desgaste com longos processos de partilha com terceiros¹⁶⁰.

Na cronologia em estudo (1750-1777), foram executados 40 legados, algo que aumentará substancialmente nas décadas seguintes¹⁶¹. Não obstante, o estudo da individualidade torna-se mais difícil quanto menor é a influência social do indivíduo pela reduzida produção documental que possa ter chegado aos nossos dias¹⁶².

5.1. Caetano Mendes e Matos

Caetano Mendes e Matos, residia na Rua Chã, e era filho legítimo de António Gonçalves Mendes e de Jacinta de Matos, que residiam na Rua de S. Bento das Freiras, freguesia da Sé. Neto paterno de António Gonçalves e de Maria Gonçalves, naturais e residentes em Lamego, e neto materno de Nicolau Antunes e Luzia Matos residentes em S. Bento das Freiras, na cidade do Porto (Sé) segundo nos relata a inquirição *de genere*¹⁶³. Foi clérigo *in minoribus* e, em 11 de maio de 1724, recebe o grau de bacharel¹⁶⁴, algo que lhe permitiu colocação entre os beneficiados da Sé¹⁶⁵. A 16 de dezembro de 1730 entrou para a IC¹⁶⁶ e a 23 de abril de 1735 seu irmão Pedro Mendes e Matos¹⁶⁷ ingressou na mesma irmandade como sacerdote formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (21/07/1740)¹⁶⁸. António

Figura 1 - *Caetano Mendes e Matos*. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0160. Coleção SCMP – reservas.

¹⁶⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 30.

¹⁶¹ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e Economia da Salvação. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 167.

¹⁶² CAMPOS, Maria Amélia – Estudar os homens para conhecer a cidade: o uso da prosopografia para o estudo do clero paroquial de Coimbra na baixa Idade Média (abordagem metodológica). *Revista Signum*. n.º 1, vol. 17 (2016). p. 206.

¹⁶³ PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1638/38338.

¹⁶⁴ PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1940. p. 180.

¹⁶⁵ Vide – HESPANHA, António Manuel - Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna: Benefícios, Padroados e Comendas in ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. N.º 1. ISSN 0874-9671. pp. 59-76.; Infelizmente, não tivemos oportunidade de consultar O Livro Dos Legados, Missas, E Aniversarios, / Q. He Obrigado Satisfazer O R.º Cabb.º (PT/ADPRT/DIO/CABIDO/011/1574), sugestão do revisor.

¹⁶⁶ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 118v.

¹⁶⁷ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 133v.

¹⁶⁸ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/005268; PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1639/39476, fl. 476; *O TRIPEIRO*. Série Nova, n.º VI. p. 331.

Mendes e Matos (†12/08/1756)¹⁶⁹, era tabelião de notas nesta cidade¹⁷⁰ e Maria Jacinta Rosa Mendes e Matos (†14/11/1780), solteira e moradora na Rua da Batalha¹⁷¹, eram irmãos dos dois clérigos.

O testamento foi redigido no Paço da Duquesa de Abrantes (D. Maria Margarida de Lorena, 2.^a duquesa de Abrantes), em Arcozelo (Vila Nova de Gaia), a 22 de setembro de 1763, prestando vários serviços como procurador desta casa¹⁷², bem como de João de Almada e Melo¹⁷³.

As propriedades enumeradas, dentro e fora da cidade, contemplavam bens de raiz (em S. Martinho de Refoios) e enfiteuses que pertenciam à Casa de Abrantes (Lordelo do Ouro, Ramalde, Seixo e Canidelo). O beneficiado administrava as rendas das moradas de casas pertencentes à SCMP (Bom Jardim e Bolhão, Souto, Pelames, Bainharia e Fontainhas) e ao Cabido (razão do título de beneficiado da Sé), recebendo 3 000 réis anuais de umas moradas de casas no Campo das Hortas.

Clérigo celibatário, testou em favor da SCMP reservando o direito de usufruto a sua irmã, Maria Jacinta Rosa Mendes e Matos, sob condição de se conservar solteira, proibiu-a de alienar quaisquer bens e alertou que a SCMP deveria, se necessário, em caso de litígios, resolvê-los¹⁷⁴, o que demonstra o suporte judicial reconhecido da instituição.

Os sobrinhos, José Mendes Cambos e Ana Joaquina, que lhe tinham uma dívida, deviam tomar o estado de religiosos¹⁷⁵, e manter-se obedientes à sua tia, Jacinta Rosa. Apenas José Mendes se tornou sacerdote e professor, enquanto Ana Joaquina casou com Manuel José Dias com dote de 1 200 000 réis¹⁷⁶.

Caetano Mendes e Matos era credor, atuando na malha de microcrédito, não o deixando de referir em testamento; contudo, em prol da sua salvação optou por perdoar diversas dívidas (nomeadamente a Manuel Caetano, André Fernandes Guimarães, ao

¹⁶⁹ Sendo solteiro e sem filhos redigiu, em 1755, testamento conjunto com Caetano Mendes e Matos confiando, mutuamente, todos os bens ao que sobrevivesse: PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.

¹⁷⁰ *O TRIPEIRO*. Série VI. n.º VI. p. 331; *Idem*, n.º I. p. 198. *Idem*, Série II. n.º I. p. 102.; O qual é referenciado em vários contratos, nomeadamente para a IC: COUTINHO, Bernardo – *A igreja e a irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua história*. Porto: CMP, 1965, pp. 41; 52; 57-58; 112;165.

¹⁷¹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 202-208.

¹⁷² PT/TT/CABT/A/0017/000253.

¹⁷³ PT/TT/CABT/A/0017/000254.

¹⁷⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 153.

¹⁷⁵ A admissão à vida religiosa estava condicionada à posse de um dote (feminino) ou um benefício (masculino) de forma a assegurar a subsistência dos indivíduos, cumprindo o seu estado privilegiado: SILVA, Hugo Ribeiro da – *Cuidar das Almas*. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da Misericórdia*. vol. II. p. 367.

¹⁷⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 202-208.

Capitão Francisco Inácio, aos herdeiros de Maria de Sousa Souselo e os já referidos sobrinhos).

A atribuição de somas reflete as redes que integrava sendo padrinho de Caetano filho de João Silva (12 800 réis) e próximo da família de Catarina Francisca (viúva de André Fernandes) e de sua filha Águeda que herdaram 24 000 réis cada. Deixou 6 400 réis a Teresa (que residia consigo no Paço) e 4 800 a Maria Teresa, que residia em Miragaia. Estas doações podem ser questionadas quanta à natureza que as motivava (afetividade, caridade ou obrigação)¹⁷⁷. Outras determinações de foro religioso e socio caritativo já foram abordadas anteriormente. Faleceu no dia 25 de novembro de 1764, como refere o assentamento no livro de óbitos da IC¹⁷⁸, à qual pertence¹⁷⁹.

5.2. Reverendo Dr. Francisco Xavier de Araújo (Leão)

Francisco Xavier de Araújo era diácono diocesano e residia na Rua das Flores. Filho de João de Araújo Leão e de Mariana Dias (que professou depois de enviuvar)¹⁸⁰, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (26/03/1736)¹⁸¹. Não possuía herdeiros e não transpareceram ligações familiares diretas. O testador foi irmão da SCMP e desempenhou funções como escrivão da SCMP (1764)¹⁸², e da IC onde ingressou a 6 de maio de 1734¹⁸³.

Entre os seus bens encontrámos duas moradas de casas em Aldoar, duas azenhas em Lordelo do Ouro pertença do Convento de Corpus Christi (Gaia) e administrava vários prazos em Barcelos (Santiago da Cruz, Requião, Compostela) e Matosinhos (Sendim), os quais concedeu a familiares e amigos sob cumprimento de algumas condições. Herdou do tio Manuel Ribeiro Poço uma

Figura 2 - Francisco Xavier de Araújo. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0185. Coleção SCMP – reservas.

¹⁷⁷ Não encontrámos, até ao momento, informação sobre as personagens referidas.

¹⁷⁸ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, f. 291. Não encontrámos o assento de óbito entre os registos paroquiais da Sé.

¹⁷⁹ Colocamos em apêndice (II) os dados genealógicos recolhidos.

¹⁸⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 172v-177.

¹⁸¹ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/002399.

¹⁸² OSSWALD, Helena – A força dos pobres e a condição humana: vigiar, acudir e prevenir. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia (...)*. vol. II. p. 255.

¹⁸³ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 128.

morada de casas na Rua Direita, em Matosinhos, as quais legou ao sobrinho Hipólito, filho de Joana Beleza de Andrade. Na sua livraria detinha 365 obras (728 volumes)¹⁸⁴, pormenor que não deixa escapar no seu retrato¹⁸⁵.

A procura por relações familiares culminou na identificação de dois tios (Manuel Ribeiro Poço (†21/01/1745)¹⁸⁶ e Francisco de Araújo (†1708)¹⁸⁷) que testaram em favor da SCMP. Identificámos algumas relações soltas de parentescos que não viabilizaram um aprofundamento; contudo, esquematizámos em apêndice (III).

O clérigo era credor, participando em ações de microcrédito, prova disso é a quantia de 85 270 réis, que pertencia a António Ferreira de Paiva, e que guardava, e os cerca de 700 000 réis emprestados para a construção de um navio. Ademais, o testador possuía um caderno (transcrito para o livro de administração¹⁸⁸) com os restantes empréstimos contraídos.

O facto de o testamento ter redigido o seu testamento depois de outorgada a “novíssima lei” de 1766, acresce cuidados, anexando duas declarações médicas que atestam o agravamento da sua doença crónica e o seu perfeito juízo¹⁸⁹. Faleceu no dia 23 de setembro de 1767, na paróquia da Sé, como consta dos assentos de óbito (da paróquia da Sé¹⁹⁰ e da IC¹⁹¹). Por fim, o Rev. Gabriel Francisco de Araújo, reitor de Requião, instaurou um processo requerendo o direito à herança, algo que lhe foi concedido, em 1795, pela Casa da Suplicação em prejuízo da SCMP¹⁹².

5.3. Reverendo João dos Santos Álvares Carneiro

João dos Santos Álvares Carneiro, filho de João Álvares Carneiro e de sua esposa, foi sacerdote diocesano e residia acima da Fábrica de Tabaco, paróquia de Santo Ildefonso. Confrade da Irmandade do *Ecce Homo* do convento de Santo Elói, da qual foi mordomo duas vezes, foi mecenas do retábulo de S. Paulo (1749)¹⁹³ – ao qual destinou

¹⁸⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

¹⁸⁵SANTOS, Paula M.M. Leite – Os pintores João Glama, Mendes Lima e Domingos F. Vieira na coleção de retratos da Santa Casa da Misericórdia do Porto I. Baseado nas atas do II Congresso Internacional do Barroco, FLUP, 2001. *O TRIPEIRO*. Série Nova, n° XXIV, p. 181.

¹⁸⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0021

¹⁸⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0010.

¹⁸⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

¹⁸⁹ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e Economia da Salvação. In. AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 168.

¹⁹⁰ PT/ADPRT/PRQ/PPRT14/003/0010, fl. 200v.

¹⁹¹ PT/ICPRT/IC/A/004/0002, fl.252.

¹⁹² PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011, fl. 173-173v.

¹⁹³ COUTINHO – *A igreja e a irmandade dos Clérigos* (...). p. 248.

400 000 réis para uma lâmpada de azeite – e do Santíssimo Sacramento (1748)¹⁹⁴, da igreja da IC¹⁹⁵.

Pela leitura testamentária verificámos que detinha dinheiro a juros e que possuía umas casas na Rua Escura, as quais deixara à prima e ao filho o produto da venda. Confiou o prazo de umas casas na cidade – direito do convento de S. Domingos – a Francisco de Azevedo. Destinou somas fixas a familiares e amigos, concedeu a liberdade às suas escravas, uma pensão (120 réis por dia) e uma quantia de 100 000 réis para Teresa (preta) e de 24 000 réis para Margarida (sobrinha de Teresa). Pelos valores poderemos supor que estes poderia ser destinado a um dote. Esta relação com as escravas enquadra-se naquilo que Guimarães Sá notara de que “na maior parte das ocorrências, são [os escravos] membros de uma família alargada encabeçada pelo testador”¹⁹⁶.

Pela singularidade da sua habitação desejou que a mesma seja vendida e não arrendada. A aplicação dos seus bens em juros deveria reverter para causas socio-caritativas, de forma bem definida: sabendo que os valores renderiam cerca de 100 000 réis ao ano, o testador pretendia que, a cada quatro anos, os parentes próximos ou distantes que pretendessem ingressar na vida religiosa tomassem esse valor como dote/benefício; caso não houvesse candidatos, o valor devia ser repartido entre os hospitais, sufrágios pelo testador e a ofertas para dois dotes das jovens do recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, com preferência por aquelas mais velhas e/ou que estejam ligadas ao seu parentesco, ressaltando uma preocupação com o bem-estar e o socorro dos parentes, ao que Guimarães Sá apelida de preocupações dinásticas¹⁹⁷.

Faleceu no dia 26 de dezembro de 1762, como atesta o termo de abertura e o registo de óbito¹⁹⁸.

5.4. Josefa Maria dos Santos

Josefa Maria dos Santos, viúva do capitão Matias Mendes dos Santos, residia na Rua da Bainharia (paróquia da Sé). O seu testamento faz referência à novíssima lei, tendo este sido redigido a rogo, a 12 de outubro de 1766, por João Peixoto da Silva. Trata-se de

¹⁹⁴ COUTINHO – *A igreja e a irmandade dos Clérigos (...)*. p. 259.

¹⁹⁵ PATROCÍNIO, Pe. Francisco José - Notícia da Irmandade, Igreja e Torre dos Clérigos. *O TRIPEIRO*. Série II, nº I. p. 76; SMITH, Robert C. - Nicolau Nasoni e a venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. *O TRIPEIRO* Série VI, nº V. p. 9.

¹⁹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos (...)*. p. 26.

¹⁹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos (...)*. p. 62.

¹⁹⁸ PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 100 -100v.

um documento bastante breve e com um enfoque sobretudo religioso, tendo por herdeira universal a SCMP.

Solicitava que, estando para breve a sua morte, a SCMP desse conta de tudo o que tinha em casa para que parte do recheio fosse dado às sobrinhas, ressaltando uma dívida contraída por Josefa Francisca Pacheco Pereira, no valor de 4 000 cruzados (=1 600 000 réis) e ordena que a quantia fosse aplicada em sufrágios¹⁹⁹.

Não encontramos o acento de óbito entre os registos da Sé pelo que registámos a data de abertura: 2 de dezembro de 1769.

5.5. Luís Correia Pacheco Pereira

Luís Correia Pacheco Pereira, membro de uma das mais antigas famílias da cidade, era filho de Luís Correia dos Santos, que pertencia à casa de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo e residia no Sítio dos Ferradores, com a sua esposa, Maria Joaquina de Tovar e Noronha, à qual destinou a quantia de 100 000 réis por ano ou 5 000 cruzados de uma só vez, e ainda 500 000 réis para que gastasse no que bem entendesse²⁰⁰.

Ofertou 600 000 réis a dois clérigos que o acompanharam (ou seja, os Rev. Daniel Francisco e Rev. José de Pinho e Sousa), entregando-lhes o cumprimento dos legados e a execução de parte dos sufrágios, algo que a novíssima lei proibira, impedindo os intervenientes na redação do testamento estarem diretamente envolvidos nas determinações. É notório um favorecimento quer pela preferência nos sufrágios, quer no pagamento de dívidas e de doações pelos serviços prestados, levando-nos a desconfiar da real correspondência com as vontades do testador.

Figura 3 - Luís Correia Pacheco Pereira. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0213. Coleção SCMP – reservas.

¹⁹⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 197v-202.

²⁰⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 155v-163.

O fidalgo tinha uma parente professa no convento de Santa Clara, Rafaela Ricarda Pacheco²⁰¹, que renunciara à herança paterna para aí ingressar; doravante, concedeu-lhe uma tença 80 000 réis anuais e, aquando da sua morte, destinou 3 000 cruzados (1 200 000 réis) para o convento. Ademais, pretendeu que fossem saldadas as dívidas que tinha com Luís Amorim, Rev. José de Pinho e as que restavam de seu pai.

Viu a sua condição confirmada pelos reis D. João V²⁰² e D. José I²⁰³, dos quais obteve mercês, atestando a sua nobreza de sangue²⁰⁴, possibilitando o ingresso na Ordem de Cristo²⁰⁵.

Por fim, ressaltou que, executadas todas as vontades, o dinheiro que sobrasse deveria ser aplicado no hospital de D. Lopo. O seu falecimento, a 25 de maio de 1762 (segundo o termo de abertura), foi resultado de uma doença prolongada, da qual pede perdão aos familiares²⁰⁶.

5.6. Reverendo Manuel Carneiro de Araújo

Manuel Carneiro de Araújo, filho de João Carneiro Araújo (†1708), familiar do Santo Ofício, e Maria Teresa, residentes na freguesia de S. Nicolau. Neto paterno de Manuel de Araújo Aranha, ourives²⁰⁷ e de Margarida Carneiro (+29/9/1677), sepultada no convento de Monchique²⁰⁸. Residia na Rua Chã e alcançou o cargo de mestre-escola da Sé do Porto²⁰⁹. A pesquisa genealógica foi facilitada pela ligação familiar à Paróquia de S. Nicolau (Porto)²¹⁰.

Figura 4 - Manuel Gomes Leitão. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0307. Coleção SCMP – reservas.

²⁰¹ Escusado será referir o escalonamento social pautado pelo ingresso em determinadas casas de vida religiosa. O Convento de Santa Clara recebia as filhas da fidalguia das principais cidades do reino.

²⁰² PT/TT/RGM/C/0021/56957; PT/TT/RGM/C/0021/56958.

²⁰³ PT/TT/RGM/D/0015/87810.

²⁰⁴ PT/TT/JIM-JJU/002/0325/00007.

²⁰⁵ PT/TT/MCO/A-C/002-010/0017/00143.

²⁰⁶ A forma contrita como se refere à sua doença, e as desculpas dirigidas à família, levam a considerar tratar-se de uma doença infetocontagiosa, por exemplo, sífilis.

²⁰⁷ Recorremos à obra de Gonçalo Vasconcelos e Sousa (SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Alguns ourives do ouro e da prata do Porto, familiares do Santo Ofício: 1617-1734*. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1995.), mas não encontramos referência a este ourives.

²⁰⁸ PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0004/00004.

²⁰⁹ PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1637/37234, fl. 234. Infelizmente, não tivemos oportunidade de consultar O Livro Dos Legados, Missas, E Aniversarios, / Q. He Obrigado Satisfazer O R.º Cabb.º (PT/ADPRT/DIO/CABIDO/011/1574), sugestão do revisor.

²¹⁰ Colocámos em Apêndice (IV) os dados genealógicos recolhidos.

O testador fez parte do conselho governativo aquando da vacância da diocese (11 de janeiro de 1717)²¹¹, tomando posições de destaque em cerimónias públicas da urbe, como a bênção da primeira pedra da igreja da IC (2/VI/ 1732)²¹², ou presidindo a instituições de relevo como a IC, em 1750²¹³, e a SCMP, em 1728²¹⁴. A sua notoriedade foi referida na revista *O Tripeiro*²¹⁵.

Pela leitura do seu testamento²¹⁶, observámos que o testador desejou que os seus bens fossem vendidos em hasta pública, à exceção de uma alcatifa e de uma bacia de prata que destinou ao rito de lava-pés de Quinta-Feira Santa²¹⁷. O produto da venda foi aplicado a juros possibilitando o pagamento de 200 000 réis anuais à irmã, Inês Angélica Ferreira, valor que, pela sua morte, herdaria a SCMP.

Previu o pagamento do dote de Leonor Clara ao convento de Monchique (36 000 réis) – o mesmo onde fora sepultada a avó paterna –, concedendo-lhe uma tença anual de 60 000 réis.

Na sua condição de padrinho, concedeu quantias aos afilhados, amigos, criados e aos escravos (oferecendo a liberdade e passagem para o Brasil). Algo que nos permite aceder às suas relações de proximidade e influência, aproximando-nos do universo de atuação do testador. O reitor do colégio da Companhia de Jesus foi nomeado para o caso de existirem complicações com a execução do testamento, o que nos faz pensar sobre o prestígio da congregação nesta época, anterior à sua expulsão (1769). A 6 de julho de 1777, pela morte de Inês Angélica Ferreira, terminou o seu direito de usufruto e todos os bens passam para a SCMP²¹⁸. Não encontramos o seu registo de óbito nos registos da Sé, pelo que assumimos que, pela data do termo de abertura, faleceu a 30 de dezembro de 1755.

5.7. Abade Manuel Gomes Leitão

Abade de Gestaçô (Baião), Manuel Gomes Leitão, natural de Santa Maria da Feira, filho de António Gomes Leitão e de Isabel Pereira²¹⁹, redigiu o seu testamento em 1760, tendo por universal herdeira a SCMP, reservando direito de usufruto aos irmãos:

²¹¹ PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto* (...). Porto: CMP, 1940. p.127.

²¹² PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto* (...). Porto: CMP, 1940. p.127.

²¹³ COUTINHO - *A igreja e a irmandade dos Clérigos* (...). p. 209.

²¹⁴ AMORIM, Inês - *Sob o manto da Misericórdia*. Vol. II. p. 485.

²¹⁵ GLAMA, João. *O TRIPEIRO*. Série Nova, nº XXIV. p. 180.

²¹⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 139-142v.

²¹⁷ Esta bacia foi uma das peças derretidas para a execução do lampadário do altar do Senhor Jesus: PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

²¹⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

²¹⁹ PT/AEP/CURSGC-CE/007- 01/00626.

Rev. José Carlos Leitão (†16/04/1785) e Maria Luísa que residiam consigo na casa paroquial. A reserva deste direito prende-se com o reconhecimento da ajuda dados pelos familiares ao longo da sua vida, a tal ponto de o seu irmão o ajudar na vida paroquial, como coadjutor, sem qualquer rendimento²²⁰.

Dispunha de 30 000 cruzados (= 12 000 000 réis) a juros de 2,5% ao ano nos mosteiros de Tarouca e Salzedas e de uma morada de casas na Vila da Feira, as quais legou à sua irmã. Em 1758 redige as memórias paroquiais de Gestaçô²²¹.

Desejou que fosse colocada uma lâmpada de azeite junto do Santíssimo Sacramento na altar-mor, a qual sabemos que custava à SCMP 19 200 réis ao ano e que, por verba insuficiente, tal legado terminou a 19 de janeiro de 1819²²². Deixava bens para a construção de um hospital para alienados, valor empregado na construção do hospital de Santo António (o seu retrato (fig. 5) esteve exposto neste hospital). Não tendo ligação direta à cidade do Porto, poderemos considerar o alargamento do círculo de influência e de captação de legados da SCMP.

Faleceu a 23 de julho de 1760, como nos comprova o registo de óbito redigido por seu irmão, como coadjutor da paróquia de Gestaçô²²³, que nos dá conta dos dias de “vida terrena” – 67 anos, 7 meses e 21 dias, ou seja, terá nascido a 9 de junho de 1693.

5.8. Reverendo (Doutor) Manuel José de Azevedo

O Reverendo Doutor²²⁴ Manuel José de Azevedo, residia na Rua da Fábrica na paróquia de Santo Ildefonso e não possuía herdeiros ascendentes e descendentes, nem referências a familiares (o que impossibilitou uma pesquisa genealógica). Foi clérigo diocesano e redigiu o seu testamento a 17 de janeiro de 1766, onde contemplou a legou a totalidade dos seus bens a sufrágios e obras pias. Para cumprimento das suas vontades, nomeou vários testamenteiros (OTC, OTSF, IC, Dr. Bernardo António Soares, Pe. Sebastião José Peixoto, Pe. Fr. João de Azevedo)²²⁵, sabendo que, pelo registo de óbito de 13 de abril de 1766²²⁶, nem a OTSF nem a IC aceitaram. A SCMP foi interveniente apenas como herdeira, recebendo ofertas para os hospitais.

²²⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 149v-151.

²²¹ PT/TT/MPRQ/17/40.

²²² PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

²²³ PT/ADPRT/PRQ/PBAO05/003/0005, fl. 213v-214.

²²⁴ Apesar de ser identificado como doutor, a pesquisa no AUC não forneceu resultados compatíveis com a naturalidade do testador e com o período formativo.

²²⁵ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 163v-166.

²²⁶ PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 154v.

Considerações finais

A natureza qualitativa deste estudo permite ultrapassar generalizações e dados abstratos das tendências recolhidas por outros autores suprarreferidos e passar para o concreto da individualidade de cada personagem.

Com base nos critérios de seleção predefinidos, obtemos uma amostra de oito dos 40 benfeitores que testaram em favor da SCMP entre 1750 e 1777, em que seis dos oito testadores eram membros do primeiro Estado – o clero – correspondendo àquilo que a SCMP procurou durante a primeira metade da centúria (homens solteiros, sem descendência e com abundância de bens). Os dois leigos (4 e 5) permitiram reconhecer a realidade laical, ou seja, da comunidade em geral perante a iminência da morte, notando, de igual modo, as suas redes de sociabilidade e influência, procurando a salvação individual e familiar através das invocações, dos rituais e dos legados pios.

A análise biográfica favoreceu um olhar sobre o clero – não obstante a sua heterogeneidade – que se movimentava de forma ágil dentro da sociedade local, regional e transatlântica como agentes de microcrédito, rendeiros, fiadores e investidores, extravasando a sua condição clerical e evidenciando redes de sociabilidade e influência. O mesmo método levou-nos a refletir sobre o conceito de família através da reconstrução genealógica verificando várias opções de vida celibatária, quer pela obrigação do ministério, quer pela opção pessoal/ familiar de assim se conservar.

A realidade portuguesa vem seguindo aquilo que foram as tendências registadas ao longo do período barroco (1649-1750), verificando-se uma realidade próxima à da cidade de Braga. São indicativos alguns aspetos que os vários estudos gerais vão dando sobre a realidade.

Seguindo o panorama nacional, as invocações sofrem uma redução substancial, a tal ponto que dois testadores – mesmo sendo clérigos – não as realizam. Pelos percursos biográficos identificados poderemos tecer hipóteses para tal fenómeno, como a maior literacia ou a secularização da própria vida, tendo em conta que estes investiram quantias substanciais em obras de caridade.

Pelos rituais denotamos uma preocupação com o acompanhamento, ou seja, com a pompa do cortejo fúnebre, que reflete a posição social e financeira do indivíduo, que procuram ser sepultados em igrejas de ordens religiosas, revestidos de vestes sacerdotais, hábito franciscano ou da Ordem de Cristo.

Os legados pios podem ser divididos em duas partes: a de foro religioso e a de foro socio-caritativo. Todos os testadores tocam estas duas realidades; contudo, é

inegável, a preocupação dos clérigos no apoio socio caritativo, como podemos verificar pela preocupação com a construção de um hospital para alienados, conceção de juros para a dotação de órfãs, para o cuidado dos doentes e o envio dos enfermeiros pessoais para prestar auxílio. O fidalgo destina uma soma redonda para os hospitais (50 000 réis) e Josefa Maria dos Santos nem os considera. Assim, pela amostra de dados, poderemos aprofundar as implicações diretas e indiretas dos clérigos na assistência na cidade do Porto consubstanciando aquilo que Guimarães Sá verificara nas centúrias anteriores, quer fosse pela consciência de que a caridade também era veículo de salvação, quer pela consciência das necessidades sociais²²⁷. Se Laurinda Abreu ressaltou que “os cuidados da alma tendiam a sobrepor-se aos do corpo”²²⁸, nos casos que estudámos, salientámos uma crescente preocupação com os cuidados do corpo, não menosprezando os da alma.

As conclusões revelam-se interrogações cada vez mais fundamentadas, abrindo horizontes de investigação em outras áreas como a economia e a finança. Os indivíduos em estudo moviam-se em várias áreas. Pelo método utilizado quebramos generalizações e abordámos a individualidade de cada testador. O estudo destas oito personagens permitiu um vislumbre concreto dos benfeitores da SCMP, aproximando-nos do seu quotidiano, vontades, sentimentos e desejos, que poderão dar substância para outras abordagens de estudo.

²²⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 63.

²²⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 174.

Fontes

Fontes impressas

ORDENAÇÕES FILIPINAS (OF). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Livro IV. [Consult. 04 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14ind.htm>>.

SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto / novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa, Bispo do dito bispado(...)*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. [Consult. 20 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/AJK5QH21G1X8PGMVTM44IUSMG76H7C.pdf>.

CASTRO, Estevão de, S.J. – *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627. [Consult. 11 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL: https://purl.pt/17290/4/r-23009-p_PDF/r-23009-p_PDF_24-C-R0150/r-23009-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topografica, e historicada cidade do Porto que contem a sua origem, situação e antiguidades (...)*. Porto: Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. [Consult. 27 fev. 2023]. Disponível em: WWW:<https://purl.pt/22517/4/res-2031-p_PDF/res-2031-p_PDF_24-C-R0150/res-2031-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>.

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Inquirições *de génere*:

Caetano Mendes e Matos – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1638/38338.

Pedro Mendes e Matos – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1639/39476.

Manuel Carneiro de Araújo – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1637/37234.

Registos paroquiais:

Registo de óbito de João dos Santos Álvares –

PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 100-100v.

Casamento dos pais de Manuel Carneiro de Araújo –

PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/002/0005/00011.

Óbito Margarida Carneiro - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0004/00004.

Batismo António Rosa - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0005/00025.
Batismo Luísa Bernarda Josefa - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00012.
Batismo Benta - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00027.
Batismo João - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00034.
Batismo Maria - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00043.
Batismo Inês Angélica Araújo - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00057.
Registo de óbito – Manuel Gomes Leitão –
PT/ADPRT/PRQ/PBAO05/003/0005, fl. 213v -214.
Registo de óbito de Manuel José de Azevedo -
PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 154v.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

Livro de Testamentos - PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004.

Livro de Administração:

Caetano Mendes Matos e sua irmã - PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.
João dos Santos Álvares - PT AHSCMP SCMP-HDL-005-0021.
Luís Correia Pacheco Pereira - PT AHSCMP SCMP-HDL-LCPP-001.
Manuel Gomes Leitão – PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

Compromisso da Misericórdia do Porto 1646 - PT AHSCMP SCMP-M-002-0005.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Estudantes da Universidade de Coimbra (1537-1910):

António Mendes e Matos –PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/005268.
Francisco Xavier de Araújo - PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/002399.
Manuel Carneiro de Araújo (tio)– PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/008231.
Manuel Carneiro Araújo – PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/008232.

Arquivo da Irmandade dos Clérigos (AIC)

Registo de óbito de Caetano Mendes Matos – PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl.291.
Registo de óbito do Dr. Francisco Xavier de Araújo – PT/ICPRT/IC/A/004/0002, fl. 252.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Declaração de recessão de dote - PT/TT/CABT/A/0017/000254.
Carta de procuração – Caetano Mendes de Matos – PT/TT/CABT/A/0017/000253.

Diligência de entrada na Ordem de Cristo – Luís Correia Pacheco Pereira - PT/TT/JIM-JJU/002/0325/00007.

Ingresso na Ordem de Cristo - Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/MCO/A-C/002-010/0017/00143.

Mercês de D. João V – Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/RGM/C/0021/56957; PT/TT/RGM/C/0021/56958.

Mercês de D. José I – Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/RGM/D/0015/87810.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP)

Auto de Património – José Carlos Leitão (1732)–PT/AEP/CURSGC-CE/007-01/00626.

Bibliografia

ABREU, Laurinda – As relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na segunda metade do século XVIII: o impacto da legislação pombalina sobre as estruturas eclesiais. In FARIA, Ana Isabel; BRAGA, Isabel Drumond (coords.) – *Problematizar a História: Estudos de história moderna em Homenagem a M^a do Rosário Themudo Barata*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007. ISBN 978-989-8129-16-1.

ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*. Coimbra: [edição de autor], 1998. Tese de doutoramento em história moderna.

ALVES; Natália Marinho F. – *A arte da talha no Porto na Época barroca*. Porto: AHMP, 1989. vol. II.

AMORIM, Inês (coord.) – *Sob o manto da Misericórdia – contributos para a história da Santa casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Almedina, 2018. vol. I/II. ISBN 978-972-40-7207-4.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. Tese de doutoramento.

ARIÉS, Philippe – *O homem perante a morte*. Mem. Martins: Publicações Europa-América, 2000.

CAMPOS, Maria Amélia – Estudar os homens para conhecer a cidade: o uso da prosopografia para o estudo do clero paroquial de Coimbra na baixa Idade Média (abordagem metodológica). *Revista Signum*. n.º 1, vol. 17 (2016). pp. 196-217.

CAPELA, José Viriato (coord.); MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – As freguesias do distrito do porto na Memórias paroquiais de 1758. In CAPELA, José

- Viriato (coord.) – *Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Edição de autor, 2009. ISBN 978-972-98662-4-1.
- FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Dissertação de doutoramento.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal :1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955.
- LE GOFF, Jacques – *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-0884-3.
- MORAIS, Antonieta Lopes Vilão – *Pintura nos séculos XVIII e XIX na galeria de retratos dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de autor], 2001.
- MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Pintura nos séculos XVIII e XIX na galeria dos retratos dos benfeitores da Santa casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de Autor], 2001.
- PINTO, António Ferreira – *O cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: CMP, 1940.
- RODRIGUES, Maria Manuela M. – *Morrer no Porto durante a época barroca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Moderna.
- ROSA, Maria de Lurdes – «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: [edição de autor], 2005. Dissertação de doutoramento em História Medieval (EHESS (Paris) e NOVA FCSH).
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. ISBN 978-972-671-485-9.
- SILVA, Sara M. Cerqueira – *O “Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum cristão” do padre Estevão de Castro (1621)*. Porto: Faculdade de Letras, 1996. Tese de mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna).

Apêndice

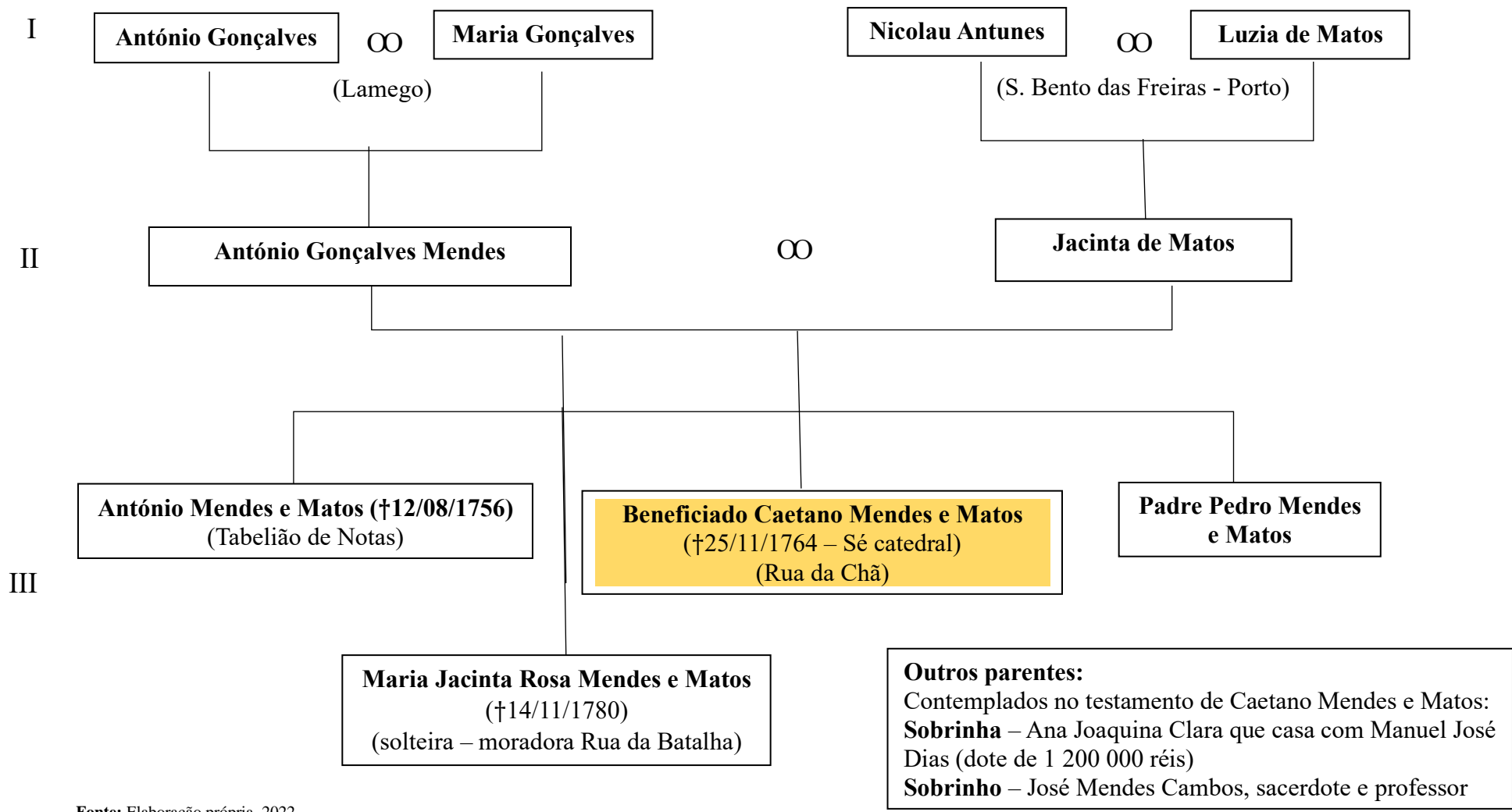
Tabela 4 – campos de análise estabelecidos para recolha de dados

Identificação do testador	Nome completo		
	Filiação		
	Estado civil		
	Residência/Paróquia		
	Ocupação		
	Data da redação		
	Data da morte (†)		
Intervenientes	Herdeiro		
	Escrivão (treslado)		
	Redator		
	Abertura		
	Lugar da redação		
	Aprovação		
	Testemunhas		
Testamenteiro			
Motivo	Estado de Saúde		
	Espiritualidade		
Invocações	Inicial	.	
	Ato de Fé		
	Intercessores		
Rituais	Sacramentos		
	Mortalha		
	Acompanhamento		
	Sepultura		
	Cerimónias (ofícios e missas)		

	Gastos (total)	
Disposições materiais	Disposições materiais	
	Direitos paroquiais	
	Nomeação de herdeiros	
	Indicação de legatários	
	Pagamento e cobrança de vida	
	Reserva de usufruto	
	Atribuição de pensões	
	Estabelecimento de encargos	
	Legados Pios	Sufrágios pelo próprio
Sufrágios por outros		
Legados pios		
Total de sufrágios (reis)		
Observações		
Fonte		

Fonte: Elaboração própria, 2022

Genealogia de Caetano Mendes e Matos (Beneficiado da Sé)

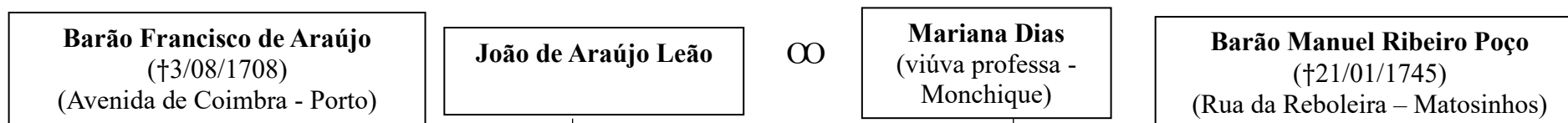


Fonte: Elaboração própria, 2022

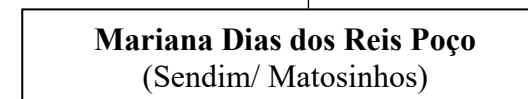
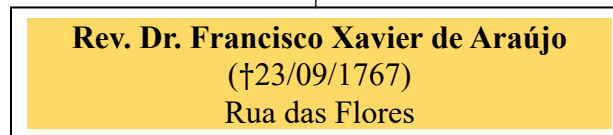
Genealogia de Reverendo Doutor Francisco Xavier de Araújo

I

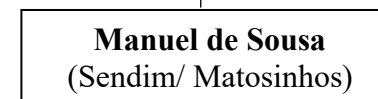
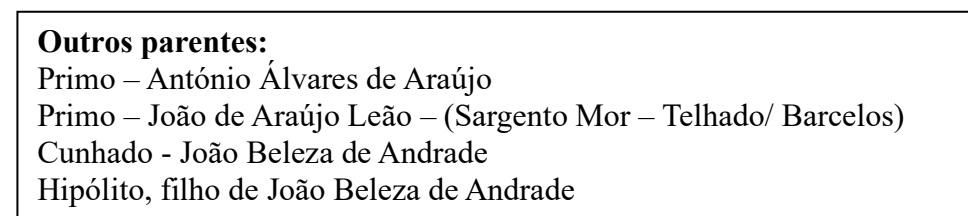
II



III

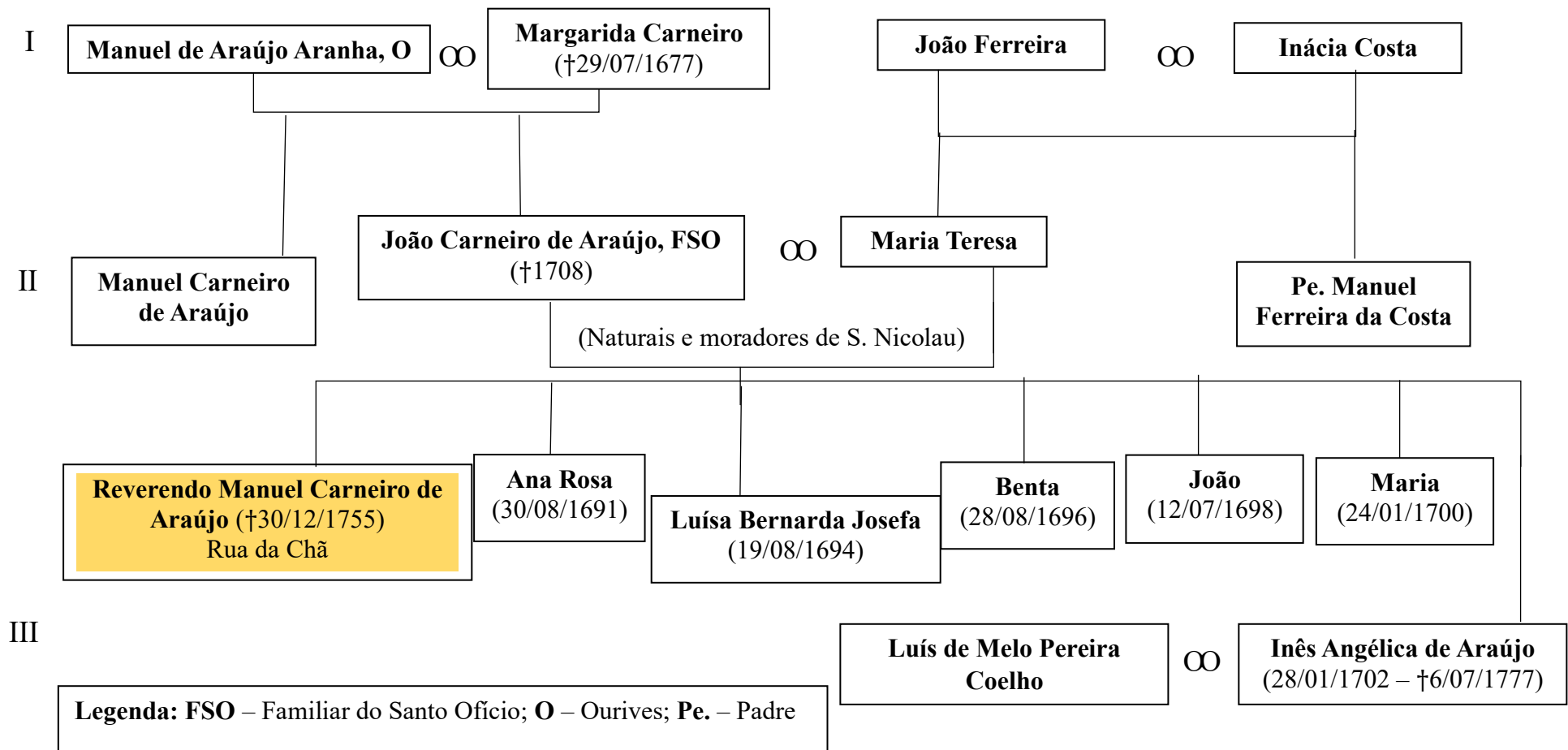


IV



Fonte: Elaboração própria, 2022

Genealogia do Reverendo Manuel Carneiro de Araújo



Fonte: Elaboração própria, 2022

Tabela 5 – Legados Pios para Hospitais (em réis)

	Testadores	Cimo da Vila – Entrevadas	Dos entrevados	D. Lopo	Sta. Clara	S. Lázaro	Outros
1	Caetano Mendes e Matos	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	O seu enfermeiro e enfermeira vão servir no hospital D. Lopo - obrigados a fazer o despejo dos doentes de dois em 2 dias (antes da visita do médico e depois da visita)
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	120 réis a cada	120 réis a cada	-	100 réis a cada	120 réis a cada	-
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	240 réis cada.	240 réis a cada	240 réis a cada	240 réis a cada	240 réis a cada	-
5	Luís Correia Pacheco Pereira	50 000 réis	50 000 réis	-	-	50 000 réis	-
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	O que sobrar dos juros deixados para as órfãs	-	-	-	-	-
		O que sobrar do que se dá aos 12 leprosos	-	-	-	40 réis por dia (12 leprosos)	-

7	Ab. Manuel Gomes Leitão	Construção de um hospital novo para os pobres miseráveis de queixas incuráveis (30 000 cruzados (= 12 000 000 réis) a juros)
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	Aplicação, após a morte dos irmãos, da renda de 3 000 cruzados (=1 200 000 réis) para todos os hospitais da cidade.

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 20

Tabela 5 - Legados Pios para Hospitais (em réis)

		Sufrágios		Órfãos e recolhidas	Presos	Hospitais/ doentes	Pobres	O R seculares/ regulares	Confrarias/ OT	Direitos paroquiais	Total (aproximado)
		Pelo próprio	por outros								
1	Caetano Mendes e Matos	120 réis a cada**	24 000	9 600**	100/120 réis a cada**	120 réis a cada**	-	20 000	-	2 400	56 000
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	482 000	384 000	-	100 réis a cada**	120 réis a cada**	-	400 000 ²²⁹	400 000 ²³⁰	4 800	1 670 800
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	40 000	-	54 800	-	240 réis a cada**	-	4 800	511 200	4 000 000	4 610 800
4	Josefa Maria dos Santos	84 000	40 000	-	-	-	11 600	-	4 800	4 800	145 200
5	Luís Correia Pacheco Pereira	5 580 000	480 000	80 000	50 000	150 000	-	-	70 000	24 000	6 434 000
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	560 000	-	2 400 000*	-	40 réis ao dia**	20 000	8 608 000	98 000	7 400	11 693 400
7	Abade Manuel Gomes Leitão	720 000	0	0	0	12 000 000*	150 000	-	-	-	12 870 000
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	131 040	-	-	condicionado ²³¹	1 200 000*	-	-	50 000 ²³²	2 400	1 383 440

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

*aplicar a juros

**não confirmámos o número de indivíduos em causa á data, pelo que o valor é impreciso

²²⁹ A aplicar no cuidado dos doentes da Ordem Terceira de São Francisco.

²³⁰ A aplicar no cuidado dos doentes da IC. Fonte: Elaboração própria, 2022

²³¹ A oferta de 1 440 réis aos presos está condicionada à recusa, por parte do pároco de St. Ildefonso, de realizar os ofícios pedidos.

²³² Rendimento anual de 50 000 réis.